

As notas do Diap aos constituintes

Uma grande surpresa aguarda os constituintes que votaram contra ou a favor em matérias de interesse dos trabalhadores. Trata-se de uma nota de zero a 10 atribuída pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) ao desempenho dos parlamentares em relação a 20 temas específicos (10 em cada turno). O resultado será publicado no livro "quem foi quem na Constituinte", que circulará em Brasília um dia antes da promulgação da nova Constituição. Entre os políticos de São Paulo, excluindo os petistas, todos com nota acima de 9,5, Tutu Quadros, do PSDB, obteve grau máximo, enquanto Delfim Neto, do PDS, ficou com 0,5. O Diap esclarece que a nota não expressa o perfil geral do parlamentar, mas sim em relação aos temas escolhidos, como por exemplo, o direito de greve.

Todo o trabalho do Diap, segundo um de seus assessores, Antônio Augusto de Queiros, considerou os dados oficiais fornecidos pela própria Constituinte no que diz respeito à frequência de 565 parlamentares (titulares mais os suplentes) e como votaram nas sessões em que foram apreciados os seguintes temas, no primeiro turno, totalizando 15.580 votos: estabilidade no emprego, 40 horas de trabalho semanais, turno de seis horas, salário mínimo real, prescrição dos direitos trabalhistas, férias acrescidas de um terço do salário, piso salarial, direito de greve, aviso prévio pro-

porcional e comissão de fábricas. Para o segundo turno foram selecionados os temas: estabilidade, 40 horas, turno de seis horas, prescrição dos direitos trabalhistas, aviso prévio proporcional, estabilidade para o dirigente sindical, sindicato como substituto processual, participação dos trabalhadores em órgãos como Sesc, Sesi e auto-aplicabilidade dos direitos sociais.

As notas atribuídas a cada parlamentar resultaram da média do desempenho do primeiro e do segundo turnos. E houve algumas situações curiosas. Uma delas diz respeito ao deputado José Serra, candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, que obteve 3,75, enquanto o candidato do PDC, José Maria Eymael ficou com 4,75. O desempenho de Serra, segundo explicou Queiros, está vinculado também ao fato de ele ter-se ausentado durante a votação de alguns temas de interesse dos trabalhadores. Mas na maioria das vezes em que esteve presente votou a favor dos trabalhadores (67%), contra 63% de Eymael.

Além das notas, o livro com 632 páginas, que obteve 700 reservas na Bienal do Livro, apresentará também uma foto de cada constituinte junto com um perfil ideológico e sua posição sobre oito temas, durante a votação na Constituinte: unicidade sindical, presidencialismo/parlamentarismo, cinco anos de mandato para Sarney, aposentadoria proporcional, direito de greve

para o servidor público, defensor do povo, monopólio na distribuição do petróleo e reforma agrária. Entre os deputados que compõem a bancada paulista, há um fato curioso. Francisco Amaral, do PMDB, é um dos três que obtiveram nota máxima, e votaram a favor dos cinco anos para Sarney. Amaral está cotado para substituir Almir Pazzianotto no Ministério do Trabalho. Outro representante da bancada de São Paulo, Antônio Carlos Mendes Thames, PFL, ficou com 3,0, Adhemar de Barros Filho, PDT, 9,5 e Gastone Righi, do PTB, obteve 7,0.

Do ponto de vista partidário, o destaque foi para o PCB e PMN, com 10,0; PC do B, 9,9; PT, 9,87 e PSB que obteve nota 9,46. As notas mais baixas foram para o PSD, 1,25, seguido pelo PFL, 2,22 e o PDS que recebeu 2,35. Na computação dos dados por bancada, a maior nota coube à do Distrito Federal, 6,86, seguido pelo Rio Grande do Sul, 6,16 e Rio de Janeiro com 6,01. A bancada de Sergipe obteve a nota mais baixa, 2,89. E a de São Paulo ganhou 5,63 e uma frequência de 82%. A maior participação nos temas de interesse dos trabalhadores, no entanto, foi dos parlamentares de Santa Catarina, 90%, mas pouco mais da metade dos constituintes catarinenses votaram a favor, daí a nota ter ficado em 5,3.

Maroni J. da Silva

Hoje, o texto revisado na futura Carta.

O texto revisado da nova Carta será entregue hoje à secretaria-geral da Câmara pelo relator Bernardo Cabral que, em separado, apresentará um relatório à comissão de redação apontando todos os erros e distorções de linguagem encontrados por ele e pelos relatores adjuntos. Com a redação final, portanto, a nova Constituição ficará com 244 artigos permanentes e 69 transitórios.

No texto aprovado pelo plenário foram detectados "mais de cem equívocos", segundo os cálculos de Cabral. Além disso, o relator encontrou uma grave omissão: nada foi decidido a respeito da propriedade dos bens do Distrito Federal que, no texto, ganhou autonomia política, financeira e administrativa. Mas agora já é tarde: Cabral diz que nem ele nem os relatores adjuntos têm poderes para acrescentar qualquer coisa ao texto votado.

Pelos levantamentos do governo, até agora foi apontada a necessidade de inserir na nova Carta 201 leis ordinárias e 42 complementares. Desse total, segundo o consultor-geral da República, Saulo Ramos, 50 projetos de lei são da competência exclusiva do Executivo, como mercado de capitais, lei orgânica da magistratura, lei orgânica do ministério público e advocacia geral da União. Tão logo saia publicado o texto oficial, Ramos pretende começar a trabalhar efetivamente em cada projeto de lei de interesse do Executivo. Por enquanto, ele está apenas fazendo o levantamento dos assuntos e, em seguida, distribuirá entre especialistas e ministérios que têm vinculação com a matéria. Ramos disse ainda que não limitou a atuação do Executivo aos projetos de sua competência exclusiva.